

B. J. Barickman

Um contraponto baiano

**Açúcar, fumo, mandioca e escravidão
no Recôncavo, 1780-1860**

Com acréscimos e adaptações para a edição brasileira

Revisão geral da tradução pelo autor



CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Rio de Janeiro
2003

Conclusões

Em 1940, apenas sete anos depois que Gilberto Freyre publicou *Casa-grande & senzala*, sua primeira grande obra sobre o Nordeste brasileiro, Fernando Ortiz escreveu seu estudo, hoje clássico, sobre o açúcar e o fumo em Cuba. Como Freyre, Ortiz foi um cientista social pioneiro na América Latina. Além disso, os dois autores dedicaram-se a empreitadas semelhantes: ambos procuraram compreender como a escravidão e a agricultura de exportação haviam moldado historicamente as sociedades em que viviam. O estudo de Ortiz revelou um contraste marcante entre a produção de açúcar e o cultivo do fumo em Cuba, contraste esse que chamou de “*contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar*”. Traindo com frequência fortes sentimentos nacionalistas, sua linguagem hoje soa antiquada, e, às vezes, até excessivamente literária para um estudo sociológico e antropológico sério. Alguns de seus argumentos também são questionáveis. No entanto, entre os muitos méritos duradouros que fizeram do estudo de Ortiz um clássico, está sua ampla investigação da diversidade possível numa sociedade e numa economia permeadas pelo escravismo e dominadas pela agricultura de exportação.¹

Mas essa diversidade possível raramente recebeu mais que uma atenção fugaz entre os historiadores e outros cientistas sociais interessados no Nordeste brasileiro do período colonial e do século XIX. Isto é — para usar a analogia de Ortiz —, geralmente deixaram de investigar a malha de relações que, a modo de contrapontos, pode ter ligado as vidas cotidianas de senhores de engenho, escravos rurais, consumidores urbanos e pequenos lavradores aos mercados tanto locais como externos, criando uma paisagem social e economicamente complexa e variada no meio rural nordestino. Ao invés disso, na maioria das vezes, a literatura tem aceito como verdade incontestável que o sistema de *plantation* moldou e defi-

niu completamente a sociedade que se desenvolveu no Recôncavo e nas outras regiões do litoral do Nordeste no período colonial e no século XIX.

O desenvolvimento histórico do Recôncavo foi, de fato, intimamente ligado à produção de açúcar e à agricultura de *plantation*. Durante mais de trezentos anos, escravos africanos e seus descendentes cativos nascidos no Brasil trabalharam nos canaviais e nos engenhos baianos para produzir açúcar para o mercado mundial. O comércio de açúcar e de produtos como o fumo, o algodão e o café trouxe uma nova onda de prosperidade à Bahia no final do século XVIII. As oito décadas que se estendem de 1780 a 1860 viram o crescimento real da economia de exportação: o volume das exportações aumentou; também aumentaram as receitas do comércio exterior. Os senhores de engenho que possuíam propriedades nos municípios em torno da baía de Todos os Santos e os negociantes sediados em Salvador que lidavam com o comércio de exportação gozavam de grande prestígio social; também exerciam grande influência política.

No entanto, concentrar a atenção unicamente nas grandes propriedades açucareiras, nos senhores de engenho e no comércio de exportação — adotar, enfim, a “visão plantacionista” que por tanto tempo dominou a historiografia não só resulta numa imagem gravemente distorcida da vida social e econômica no Recôncavo na primeira metade do século XIX, como também impede qualquer compreensão mais profunda das características que distinguem a agricultura de *plantation* nos municípios que circundam a baía de Todos os Santos. Mesmo quando aplicada a essa região de *plantation* arquetípica, a “visão plantacionista” mostra-se lamentavelmente inadequada.

Essa visão não consegue explicar o grande mercado urbano e rural para mantimentos básicos que surgira no Recôncavo no final do século XVIII. De fato, por aceitar sem reservas uma “visão plantacionista” da história do Brasil, Frédéric Mauro e Francisco de Oliveira rejeitam até mesmo a possibilidade de que se tivesse desenvolvido um mercado interno significativo no Recôncavo rural. Mauro e Oliveira presumem que os engenhos da região eram auto-suficientes e que os escravos nessas propriedades não contribuíam para qualquer demanda interna de gêneros alimentícios. Assim, Francisco de Oliveira afirma peremptoriamente que não havia “trocas entre as unidades de produção” na Bahia rural e que “o abastecimento

dos escravos” dos engenhos — estabelecimentos rurais supostamente “fechados” — era estritamente uma “questão interna”, resolvida dentro dos limites dessas propriedades.²

Mas ali onde, segundo Mauro e Oliveira, nenhum mercado interno teria podido se desenvolver, as pequenas frotas de barcos vivandeiros que enchiam o porto de Salvador são a prova de um florescente comércio de abastecimento. Para o mercado de Salvador fluía a produção de diversas áreas fornecedoras, próximas e distantes, para satisfazer uma demanda vigorosa de frutas e verduras, carne-seca, arroz, milho, peixe seco, feijão e, acima de tudo, farinha de mandioca, o principal componente do regime alimentar na época. A demanda de farinha estendia-se além dos limites da cidade, abrangendo os distritos rurais do Recôncavo, onde os senhores de engenho e os lavradores de cana compravam regularmente grandes quantidades de farinha para sustentar seus cativos.

A existência de um mercado rural no Recôncavo para a farinha e outros mantimentos essenciais indica o alto grau de especialização que caracterizava os engenhos baianos no final do século XVIII e na primeira metade do oitocentos. Estreitamente ligados a uma economia mundial emergente, os senhores de engenho e também os lavradores de cana tendiam a concentrar todos os seus recursos no cultivo da cana e no fabrico de açúcar e de seus subprodutos. Passavam, como conseqüência, a depender do mercado interno para assegurar a reprodução diária dos plantéis de escravos que trabalhavam em suas propriedades. Os componentes mais fundamentais da dieta desses escravos — farinha de mandioca, carne-seca e bacalhau — e também os panos de algodão que os vestiam chegavam aos engenhos através do mercado interno.

Portanto, a produção e o comércio de víveres para o mercado interno, tão freqüentemente desprezados como atividades “marginais”, “periféricas” ou apenas “subsidiárias”, revelam-se como indispensáveis e até fundamentais na economia regional mais ampla, dominada pela agricultura de exportação. A expansão da produção de açúcar na Bahia a partir do final do século XVIII dependeu de uma oferta local crescente e geralmente confiável de mantimentos. Por isso, qualquer redução duradoura e séria no abastecimento dos mercados locais teria ameaçado a continuação

do crescimento e do desenvolvimento da agricultura de *plantation* altamente especializada dos distritos açucareiros do Recôncavo.

Fica igualmente claro que a utilização do trabalho escravo na agricultura de exportação não constituía, em si, uma barreira intransponível para o desenvolvimento de um mercado interno. Os escravos dos engenhos baianos ocasionalmente participavam desse mercado vendendo a produção excedente de suas roças; com mais freqüência, e com impacto muito maior na economia interna, esses escravos, através das compras feitas por seus senhores, contribuía para a demanda de víveres produzidos na Bahia e em outras partes do Brasil. Seria, porém, miopia equiparar o mercado interno baiano aos de economias capitalistas maduras. Os senhores de engenho e lavradores de cana só compravam para seus cativos uma reduzida gama de artigos: na prática, pouco além de alguns mantimentos básicos e tecidos baratos. O que talvez seja mais importante é que, para a reprodução a longo prazo de seus plantéis, os senhores de engenho e os lavradores de cana dependiam não das compras de farinha feitas no mercado interno, mas do tráfico atlântico de escravos.

Apesar disso, a especialização na indústria açucareira promoveu e até exigiu a especialização em outras áreas da economia baiana. A demanda rural e urbana de farinha incentivou centenas de roceiros no sul do Recôncavo e ao longo de todo o litoral baiano a cultivar mandioca. Longe de serem camponeses isolados, só tenuemente ligados a uma economia monetária, esses pequenos lavradores freqüentemente possuíam escravos e os usavam para produzir excedentes consideráveis de farinha. Talvez nada menos de 80% da farinha preparada nas roças de Jaguaripe, Nazaré e Maragogipe na década de 1780 já se destinava ao mercado. Assim, nossa compreensão da sociedade e economia do Brasil colonial e oitocentista não avançará nada se seguirmos repetindo Caio Prado Júnior e caracterizarmos os roceiros baianos como lavradores “decadentes” e “degenerados” que praticavam “uma mesquinha agricultura de subsistência”.³

Embora desprezados na historiografia, os lavradores escravistas de mandioca destacam-se como um dos segmentos mais interessantes da sociedade rural no Brasil colonial e do século XIX. Utilizavam a mão-de-obra cativa fora dos limites da *plantation*, e comercializavam excedentes apreciáveis de farinha e outros produtos fora dos circuitos mais conheci-

dos do comércio internacional. A posse de cativos criava, entre esses pequenos lavradores e os senhores de engenho do Recôncavo, um vínculo baseado no interesse na continuidade da escravidão como instituição e como regime de trabalho. A farinha que vendiam para os senhores de engenho e lavradores de cana reforçava esse vínculo. No entanto, no dia-a-dia — quando trabalhavam nas roças e nas casas de farinha; quando se sentavam para comer suas refeições modestas de carne-seca, farinha e laranjas; quando eles e seus filhos tentavam escapar dos recrutadores militares — os roceiros que tinham apenas um ou dois escravos levavam uma vida muito parecida com a de seus vizinhos que não tinham nenhum.⁴

A demanda de víveres básicos no Recôncavo rural introduziu competição na relação complementar, sob outros aspectos, que Salvador mantinha com seu *hinterland* imediato. Consumidores urbanos, senhores de engenho e lavradores de cana competiam todos no mesmo mercado regional pelos mesmos suprimentos de farinha. As tentativas oficiais de atenuar essa competição com a criação do Celeiro Público, um mercado controlado, e por meio de leis que obrigavam senhores de engenho e lavradores de cana a cultivar mandioca tiveram pouco êxito. Os senhores de engenho e lavradores de cana resistiam abertamente às leis, recusando-se a plantar as quantidades prescritas de mandioca; era, para eles, simplesmente mais lucrativo comprar farinha.

A competição pela farinha comercializada no mercado baiano agravava-se quando o preço do açúcar subia. Para tirar proveito do preço mais alto, os senhores de engenho reduziam ainda mais o cultivo da mandioca em suas propriedades, aumentavam o tamanho de seus plantéis e passavam a comprar mais farinha. Assim, a prosperidade na economia de exportação freqüentemente exacerbava os problemas periódicos de escassez e carestia nesse mercado. Seria, porém, uma fórmula simplista explicar esses problemas como mera consequência da alta do preço do açúcar. Na maioria das vezes, as crises de abastecimento — os anos em que o preço da farinha atingia um pico e a escassez era mais aguda — coincidiam com secas ou invernos excessivamente chuvosos; isto é, com anos em que condições meteorológicas desfavoráveis provocavam uma queda na produção de mandioca.⁵

A longo prazo, o mercado regional de farinha mostrou-se capaz de se ajustar ao aumento da população urbana e ao crescimento da economia

de exportação. Esse crescimento provocou a expansão do cultivo da cana, do fumo e do café pelos municípios ao sul da baía de Todos os Santos. No entanto, a transformação de Nazaré e Maragogipe em centros da agricultura de exportação não fez a mandioca desaparecer do Recôncavo; ao contrário, a produção de farinha para o mercado regional aumentou na primeira metade do século XIX. O crescimento da economia de exportação tampouco provocou qualquer elevação duradoura e extraordinária no preço da farinha; em termos reais, um alqueire de farinha, em média, não custava mais na década de 1850 do que custara na de 1780. A ausência de qualquer tendência ascendente constante no preço real da farinha é um forte indicador de que, ao longo do tempo, a expansão do cultivo da mandioca acompanhou o ritmo do crescimento da demanda urbana e rural. Essa expansão, por sua vez, resultou num aumento da oferta de farinha no mercado baiano, permitindo, assim, que continuasse crescendo uma forma altamente especializada da agricultura de *plantation* nos distritos açucareiros do Recôncavo.

Para compreender como se conseguiu aumentar, entre 1780 e 1860, a produção tanto de gêneros de exportação como de farinha no Recôncavo, deve-se, em primeiro lugar, abandonar a idéia comum de que, durante o período colonial e no século XIX, os senhores de engenho monopolizavam a posse e o uso da terra no Nordeste. Na verdade, faz pouco sentido falar de um monopólio da terra em relação a uma região que tinha uma fronteira agrícola ainda aberta. Além do Recôncavo, no interior da Bahia e ao longo do litoral sul da província, estendiam-se vastas reservas de terras desabitadas e adequadas à agricultura. Terras incultas podiam ser encontradas até no próprio Recôncavo, onde, no final do século XVIII, ainda havia extensas matas virgens. A oferta abundante de terra permitiu a expansão da agricultura e, assim, um aumento da produção de gêneros de exportação e também de mandioca.

A expansão da agricultura dependia não só da disponibilidade física de terras, mas também da estrutura fundiária. Também neste caso, a documentação não confirma a idéia comum de que os senhores de engenho monopolizavam a posse e o uso da terra. Sem dúvida, eles mantinham um firme controle sobre a propriedade da terra nas freguesias açucareiras tradicionais, situadas na margem norte da baía ou nas suas proximidades.

Mantinham esse controle apesar do sistema de herança que determinava a partilha igual entre todos os herdeiros.⁶ Com uma área média de cerca de 481 hectares, os engenhos dessas freguesias eram grandes propriedades pelos padrões do Recôncavo do século XIX; eram também suficientemente grandes para permitir a produção rentável de açúcar. Através do controle das melhores terras para a cana próximas à baía e, não menos importante, através do controle que detinham sobre o maquinário necessário para transformar a cana em açúcar, os senhores de engenho podiam impor acordos opressivos de parceria e arrendamento aos lavradores de cana nessas freguesias. A expansão geográfica da lavoura canavieira a partir da década de 1790, no entanto, não recriou em outras partes do Recôncavo a estrutura fundiária extremamente concentrada dos distritos açucareiros tradicionais. Na década de 1850, nas freguesias do sul e do oeste, centenas de lavradores de porte médio e pequeno, que não tinham investido na construção de engenhos, continuavam a ser donos de fazendas e sítios próprios. Eram esses os lavradores que supriam a crescente demanda de farinha no mercado regional.

Reconhecer que a terra era abundante e que os senhores de engenho nunca monopolizaram o seu uso é também fundamental para explicar a utilização generalizada da mão-de-obra escrava no meio rural baiano. Numa fronteira ainda aberta e em cantos ociosos de fazendas e engenhos, homens e mulheres livres pobres e despossuídos encontravam meios de sobreviver sem se empregarem regularmente como trabalhadores assalariados. O acesso à terra permitia-lhes conservar boa parte da "independência" que, como observou na década de 1880 George Stevens, cônsul britânico em Salvador, "invariavelmente ambicionam e pela qual são capazes de qualquer sacrifício". Sem dúvida, suas vidas eram muitas vezes marcadas pela miséria e pela pobreza aguda. Mas, como Stevens também notou, sua pobreza independente era "invejada por muitos escravos".⁷ Não podendo contar com esses homens e mulheres pobres e despossuídos como mão-de-obra, os senhores de engenhos e os lavradores de cana, de fumo e de mandioca — todos eles — enfrentavam o problema de como manter uma força de trabalho confiável e permanente. A escravidão proporcionou-lhes uma solução comum. A utilização do trabalho escravo lhes fornecia os braços de que precisavam nas épocas do plantio e da safra e ao

longo de todo o ano agrícola. Além disso, enquanto durou o tráfico negreiro, era possível aumentar o tamanho da força de trabalho rural com relativa rapidez. Essa possibilidade reduzia a competição pela mão-de-obra cativa entre a agricultura de exportação e a produção de gêneros alimentícios para abastecer mercados locais.

A escravidão também se mostrou bastante flexível. Podia satisfazer as necessidades de mão-de-obra nos engenhos e também nas fazendas e sítios de porte médio e pequeno que produziam fumo e mandioca. O número de escravos possuídos pelos agricultores do Recôncavo variava enormemente. Num extremo estavam os proprietários dos engenhos dos distritos açucareiros tradicionais da margem norte da baía, que possuíam plantéis de cinquenta, cem ou até duzentos cativos. No outro estavam os lavradores de fumo e de mandioca, que, muitas vezes, eram senhores de apenas um ou dois escravos. O tamanho reduzido dos plantéis desses lavradores torna difícil estabelecer uma distinção nítida e clara entre a agricultura escravista e a produção camponesa no meio rural baiano da primeira metade do século XIX.

Não eram apenas as diferenças de tamanho que distinguiam os plantéis do Recôncavo rural. O que talvez seja até mais importante é que havia também diferenças na sua composição. Como em períodos anteriores, nas últimas décadas do século XVIII e na primeira metade do oitocentos, a população cativa dos engenhos e das fazendas de cana era predominantemente africana, e os homens eram mais numerosos do que as mulheres. Essa população era incapaz de um crescimento demográfico natural e auto-sustentado. Até mesmo para manter o tamanho de seus plantéis, os senhores de engenho e lavradores de cana precisavam da importação constante de cativos africanos. A reprodução da força de trabalho na indústria açucareira estava, portanto, duplamente vinculada ao mercado: os senhores de engenho recorriam ao mercado interno para obter as rações necessárias para alimentar diariamente seus cativos e ao mercado atlântico para recrutar novas gerações de trabalhadores escravizados. Já os lavradores de fumo do Recôncavo — e também, ao que parece, os de mandioca — dependiam muito menos do tráfico negreiro e muito mais do crescimento natural. Como consequência, no final do século XVIII, a população escrava dos distritos fumageiros do Recôncavo já se caracteri-

zava por uma grande maioria de cativos nascidos no Brasil, e, nessa população, o número de mulheres e homens já se aproximava ao equilíbrio. Assim, a reprodução a longo prazo da força de trabalho dos distritos fumageiros não ocorria principalmente na África, mas, sim, nas fazendas e sítios de Cachoeira.

As rotinas diárias e anuais de trabalho na produção de açúcar, fumo e mandioca ajudam a explicar essas diferenças nos padrões de recrutamento da mão-de-obra. Na Bahia, como em toda parte, a produção de açúcar sujeitava os escravos a uma rotina implacável de trabalho extenuante e muitas vezes perigoso nos canaviais e nas casas de engenho. Nem na produção de fumo, nem na de mandioca, havia condições de trabalho tão árduas. Na verdade, na lavoura fumageira importava bem menos a força bruta do que a destreza e a habilidade. Nas muitas tarefas delicadas que eram necessárias no cultivo do fumo, os lavradores podiam se valer, de modo vantajoso, do trabalho de mulheres e até de crianças.

As medidas que os lavradores de tabaco adotavam para conservar a fertilidade da terra distinguiam ainda mais o cultivo do fumo da produção de açúcar. Praticando uma forma de agricultura integralmente associada à pecuária (*mixed husbandry*), estrumavam regularmente seus terrenos. Além disso, alternavam nesses terrenos o fumo com culturas como o milho, o feijão e a mandioca. Para os escravos dos sítios e fazendas de fumo, essa rotação de lavouras proporcionava, muito provavelmente, uma dieta mais saudável. Para os próprios lavradores, a rotação de culturas representava uma estratégia que visava à diversificação da produção e, na medida do possível, à auto-suficiência doméstica. A mandioca que colhiam fornecia grandes excedentes que, depois de transformados em farinha, podiam ser vendidos nos mercados locais.

A produção do fumo e a do açúcar exibiam, portanto, diferenças fundamentais. Na estrutura fundiária, no recrutamento da mão-de-obra, no uso da terra, nas técnicas agrícolas, no abastecimento e nas rotinas de trabalho — em todas essas áreas, o fumo e o açúcar diferiam radicalmente. Tomadas em conjunto, essas diferenças apontam para a existência de sistemas agrários distintos *dentro* dos limites da agricultura escravista de exportação. Em resumo, a fazenda, ou sítio, de fumo não era simplesmente

uma versão reduzida da *plantation* açucareira; na verdade, não era, de modo algum, uma *plantation*.

Portanto, as tentativas de apresentar a lavoura fumageira como mais um exemplo da agricultura de *plantation* e encaixá-la no modelo da monocultura extensiva de exportação são tão enganadoras como a afirmação de que “desde o período colonial, a cultura do fumo era do tipo familiar, praticada por agricultores livres”.⁸ Essas tentativas desprezam necessariamente todas as diferenças que distinguiam os sítios e fazendas de fumo de Cachoeira dos engenhos das freguesias açucareiras tradicionais do Recôncavo. No entanto, essas diferenças são a chave para explicar como uma classe de lavradores escravistas de fumo sobreviveu à prolongada retração das exportações de tabaco que se estendeu de aproximadamente 1815 até a primeira metade da década de 1840. Esses lavradores sobreviveram como escravistas porque não dependiam fundamentalmente do tráfico negreiro para recrutar a mão-de-obra cativa que empregavam. Sobreviveram também porque, em suas fazendas e sítios, colhiam mandioca suficiente para sustentar suas famílias e seus escravos e ainda para vender excedentes de farinha nos mercados locais. Mesmo em anos bons, em que o preço do tabaco estava alto e em que florescia o tráfico negreiro, o cultivo da mandioca reduzia seus gastos monetários e ajudava-os a suprir as necessidades domésticas. Naqueles anos, as vendas de farinha também representavam, para os lavradores de fumo, uma fonte de renda adicional que podia ser usada na expansão da produção de tabaco.

Até hoje, os lavradores dos distritos fumageiros do Recôncavo reconhecem a estreita relação entre o tabaco e a mandioca. “O lucro do fumo”, afirmam, “está na mandioca.”⁹ Em fins do século XVIII e na primeira metade do oitocentos, esse “lucro” não só garantiu a sobrevivência das unidades domésticas chefiadas pelos lavradores de fumo; também sustentou a produção escravista do tabaco — o segundo mais importante produto de exportação da província. Aqui, mais uma vez, é forçoso reconhecer o papel fundamental e até indispensável que a produção e o comércio de mantimentos básicos desempenhavam numa economia regional mais ampla dominada pela agricultura de exportação.

A expansão da lavoura fumageira no sul do Recôncavo, portanto, não resultou na difusão desenfreada da monocultura de exportação. O mes-

mo pode ser dito em relação à cafeicultura. O que se deu não foi a transformação de sítios e fazendas de porte pequeno e médio em grandes *plantations* monocultoras, mas, sim, a diversificação das atividades agrícolas nessas fazendas e sítios. Os lavradores do sul do Recôncavo começaram a combinar a produção de farinha com o cultivo de lavouras de exportação.

O fumo baiano destaca-se como uma espécie de anomalia na história agrária do Brasil colonial e oitocentista. Em nenhuma outra lavoura de exportação importante os escravos nascidos no Brasil representaram a maior parte da força de trabalho.¹⁰ Em todas as outras regiões com economias exportadoras bem desenvolvidas, os fazendeiros, senhores de engenho e lavradores recorriam principalmente ao tráfico atlântico de escravos para recrutar a mão-de-obra. Em quase nenhuma outra área fora dos distritos fumageiros baianos, os lavradores praticavam uma forma de *mixed husbandry* (agricultura associada integralmente à criação de gado), adubando regularmente seus campos, ou alternavam, de modo sistemático, as culturas.¹¹

Essas técnicas agrícolas, de fato, continuaram bastante raras até recentemente. Leo Waibel, um geógrafo agrícola alemão que fez pesquisas no Sul e no Centro-Oeste do Brasil na década de 1950, reconheceu logo que os lavradores de fumo do Recôncavo eram excepcionais sob esse aspecto. Waibel observou que, em toda a parte, os agricultores exploravam a terra com pouca preocupação com a preservação da fertilidade do solo; faziam uma rotação não de culturas e, sim, de terrenos. Concluiu que as técnicas que vinham sendo usadas, havia muito tempo, na agricultura européia, levariam muitos anos para se tornarem comuns no Brasil. Depois, no final de sua estada no Brasil, Waibel visitou a Bahia, onde, para seu espanto, viu que os lavradores de fumo estrumavam as suas plantações e alternavam as culturas. Ficou ainda mais surpreendido ao constatar que não se tratava de imigrantes europeus ou japoneses, mas de lavradores nascidos no Brasil e freqüentemente afro-mestiços.¹²

Exatamente por não se encaixar no modelo conhecido da monocultura extensiva, a lavoura fumageira na Bahia revela as possibilidades que efetivamente existiam *dentro* da agricultura escravista de exportação. Já não podem ser aceitas sem discussão as generalizações amplas que a histo-

riografia sustentou durante décadas. Não se pode mais simplesmente presumir que a agricultura escravista de exportação foi sempre equivalente da agricultura de *plantation* e que o uso da terra sempre foi extensivo. Nem se pode partir do pressuposto de que a produção para exportação era necessariamente incompatível com uma população escrava capaz de se reproduzir em grande parte através do crescimento natural e auto-sustentado.

A lavoura cafeeira que se desenvolveu no Vale do Paraíba, nas províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo após 1800, reproduziu, sob muitos aspectos, as estruturas já estabelecidas nos distritos açucareiros do Nordeste. Fazendeiros abastados apossaram-se de grandes propriedades em que, sem nenhuma preocupação com a preservação da fertilidade do solo, mandavam seus escravos cultivarem fileiras e mais fileiras de cafezeiros. Como os senhores de engenho baianos, dependiam principalmente do tráfico negreiro para garantir a reprodução a longo prazo da força de trabalho que empregavam. Mas o exemplo da lavoura fumageira na Bahia mostra que não havia uma simples continuidade ligando essas grandes fazendas de café aos engenhos do Nordeste. *Dentro* da agricultura escravista de exportação havia alternativas à *plantation*.

Para explicar como e por que essas alternativas foram descartadas será preciso mais do que referências vagas a uma história anterior de agricultura de *plantation* no Brasil ou às exigências de uma economia capitalista mundial que, na época, estava em fase de formação.¹³ Será preciso pesquisar atentamente as estratégias que asseguravam a reprodução diária, anual e de longo prazo da agricultura escravista de exportação nas províncias do Rio de Janeiro e São Paulo e também os nexos que ligavam a lavoura cafeeira no Sudeste aos mercados locais da região. Uma explicação completa exigirá, além disso, investigações cuidadosas da história social e política do Brasil da primeira metade do oitocentos.¹⁴

A diversidade que caracterizou a economia escravista do Recôncavo rural e os vínculos complexos e variados entre a agricultura de exportação e o mercado interno na região têm implicações ainda mais amplas. Sugerem as direções que se deve seguir nas tentativas de substituir a “visão plantacionista” por um novo paradigma, ou modelo explicativo, mais adequado à interpretação da história do Brasil e, especialmente, da histó-

ria agrária do país. Essas tentativas devem, por exemplo, atribuir tanta atenção à produção de alimentos — seja para o mercado ou não — quanto à agricultura de exportação. Qualquer que fosse o peso do setor exportador na economia como um todo, o fluxo contínuo de açúcar, café, fumo e outros produtos para mercados externos dependia, em última instância, de uma oferta adequada de gêneros alimentícios no Brasil. Por essa razão, a agricultura e o comércio de abastecimento não podem ser consideradas como atividades periféricas, secundárias ou mesmo subsidiárias; tampouco será suficiente considerá-las apenas como provas de que a economia e a sociedade do Brasil colonial e oitocentista eram mais complexas do que a “visão plantacionista” poderia sugerir. Essas atividades devem, antes, ser vistas como fundamentais para o desenvolvimento e a expansão no Brasil de uma economia dominada pela agricultura escravista de exportação. De fato, num estudo recente, João Fragoso e Manolo Florentino ressaltam a importância da agricultura de abastecimento para a expansão da grande lavoura cafeeira baseada na mão-de-obra escrava no Sudeste nas primeiras décadas do século XIX.¹⁵

Já não se trata, portanto, de simplesmente demonstrar a existência de uma rede de trocas que ligavam várias regiões abastecedoras aos maiores centros urbanos brasileiros. Tampouco se trata de mostrar que, em termos sociais e econômicos, as áreas em que a produção para exportação não chegou a criar raízes firmes no Brasil colonial e oitocentista diferiam significativamente dos principais centros da “grande lavoura”. Aliás, focalizar exclusivamente a economia interna pode facilmente resultar num paradigma tão equivocado quanto os antigos modelos explicativos que desprezavam todas as atividades e grupos sociais que não fossem diretamente ligados à *plantation* e ao comércio de exportação. O desafio atual é, na verdade, investigar e analisar a evolução das relações entre a produção para exportação, a economia interna e a escravidão nas diversas regiões brasileiras.

As tentativas de substituir a “visão plantacionista” também devem levar em conta o fato de que, mesmo na primeira metade do século XX, o Brasil ainda possuía uma fronteira agrícola aberta. A disponibilidade de terras incultas e, em grande parte, desabitadas teve uma influência decisiva nas práticas agrícolas, nos regimes de trabalho e nas relações sociais no

Brasil rural. Reconhecer que a terra era abundante significa necessariamente questionar as referências comuns e muitas vezes vagas ao virtual monopólio que supostamente os senhores de engenho, ricos fazendeiros e grandes pecuaristas detinham sobre o uso da terra e a propriedade fundiária no Brasil colonial e do século XIX. Estudos mais cuidadosos com maior respaldo na documentação, que comecem por reconhecer a existência de uma fronteira agrícola, hão de revelar, sem dúvida, que o meio rural brasileiro muitas vezes tinha espaço para lavradores de porte médio e pequeno, donos de suas próprias fazendas e sítios, e também para agregados e moradores de favor que, às vezes, podiam gozar de direitos consuetudinários mais ou menos estáveis às terras que cultivavam.¹⁶ Esses estudos, por sua vez, abrirão o caminho para novas pesquisas que explicarão como uma estrutura fundiária extremamente concentrada quase sem espaço para produtores pequenos e médios acabou por se consolidar em muitas regiões do Brasil.

Da mesma maneira, a elaboração de um novo paradigma exigirá pesquisas detalhadas sobre as práticas agrícolas. Informações sobre o uso da terra e sobre as técnicas utilizadas no cultivo de diversas lavouras são indispensáveis para compreender as estruturas sociais e econômicas que caracterizavam o Brasil colonial e oitocentista. Há muito tempo, os estudos históricos dão atenção aos regimes de trabalho e, em menor medida, à distribuição da propriedade fundiária e à posse da terra. Mas, em geral, esses estudos deixam de investigar os processos da produção agrícola propriamente ditos, ou, na melhor das hipóteses, relegam o tema a um curto capítulo introdutório.¹⁷ No entanto, era nas tarefas rotineiras de amanhar a terra, de plantar e de colher que a estrutura fundiária e o regime de trabalho — partes integrantes de um sistema de produção agrícola — uniam-se e punham em movimento a economia agrária. Focalizar apenas partes selecionadas de um sistema significa necessariamente perder de vista o sistema como um todo, o que pode resultar facilmente em análises incompletas e até falhas da estrutura fundiária e das relações de trabalho.

Para concluir, podemos voltar a Santiago do Iguape. Para Luís dos Santos Vilhena, a freguesia era “o famoso Iguape”; José da Silva Lisboa descreveu a freguesia como “um jardim de engenhos”.¹⁸ Daqueles engenhos, hoje pouco resta. As casas-grandes em que ricos proprietários ou-

trora residiram e as casas de engenho onde os escravos outrora produziram “o melhor açúcar do Recôncavo”¹⁹ hoje estão em ruínas. Os canaviais, em sua maior parte, também desapareceram, substituídos por fileiras quase intermináveis de dendezeiros. Mas nem tudo mudou. As matas ainda cobrem as escarpas que separam o Iguape dos “campos da Cachoeira” — os distritos fumageiros de Belém da Cachoeira, Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos. Os lavradores desses distritos continuam a cultivar o fumo e a mandioca. Lanchas e saveiros ainda deslizam pelas águas calmas e salobras da bacia do Iguape. De alguns barcos, os pescadores jogam suas redes de arrasto e lançam suas armadilhas, na esperança de apanhar robalos, tainhas, cavalas e mariscos, enquanto outras lanchas e canoas rumam para o porto próximo de Maragogipe. Ali, todo sábado, continuam a chegar mulas e cavalos; nos caçuás que carregam em seus lombos estão sacos pesados de farinha produzida nas roças vizinhas para ser vendida na feira.

Hoje, como 150 anos atrás, as distâncias físicas entre o Iguape e São Gonçalo dos Campos ou Maragogipe são pequenas. Porém, na primeira metade do século XIX, aquelas distâncias separavam e, ao mesmo tempo, ligavam os mundos imensamente diferentes que, dentro da economia escravista do Recôncavo, formavam *um contraponto baiano de açúcar, fumo e mandioca*.